

(folhas de papel normalizado, branco ou de cores pálidas, de formato A4, ou papel contínuo), dirigido ao director do Instituto Português de Museus, Palácio Nacional da Ajuda, 1300 Lisboa, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio em carta registada com aviso de recepção, dele devendo contar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, morada e número de telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Referência ao concurso a que se candidata;
- d) Experiência profissional, tratando-se de candidatos vinculados, menção expressa da categoria que o candidato detém, serviço a que pertence, natureza do vínculo e tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública.

9.2 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Fotocópia do bilhete de identidade;
- d) Declaração autenticada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem a categoria, a carreira e o vínculo, bem como o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública, e a especificação pormenorizada das tarefas que lhe estiveram cometidas no mesmo período, bem como as classificações de serviço relevantes para efeitos do presente concurso, na sua menção quantitativa e qualitativa.

9.3 — A não instrução do processo de candidatura nos termos dos n.ºs 9.1 e 9.2 do aviso de abertura determina a exclusão do concurso.

10 — Os candidatos pertencentes ao Museu de Évora ficam dispensados da apresentação dos documentos que já constarem dos respectivos processos individuais, nos termos do n.º 5 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 Julho.

11 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreveu, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

12 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

13 — Os locais de afixação da relação de candidatos e da lista de classificação final será o Museu de Évora e o Instituto Português de Museus.

14 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. Joaquim Oliveira Caetano, director do Museu, substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.
Vogais efectivos:

Dr. António Miguel Alegria, técnico superior de 2.ª classe.

Dr.ª Maria Margarida F. Cunha Donas Botto, técnica superior principal do IPPAR.

Vogais suplentes:

Dr. Rafael António Ezequiel Alfenim, assessor do IPPAR.

Dr. António Carlos Silva, assessor principal do IPPAR.

8 de Agosto de 2006. — O Director, *Manuel de Lemos Bairrão Oleiro*.



PARTE D

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Despacho (extracto) n.º 17 230/2006

Por meu despacho de 10 de Julho de 2006, Sónia Júlia Beijoca Castelo, auxiliar administrativa de nomeação definitiva do quadro do Tribunal da Relação de Lisboa, posicionada no escalão 1, índice 128, é reclassificada profissional e definitivamente como assistente administrativa do mesmo quadro, passando a auferir pelo escalão 1, índice 199. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Os encargos são suportados pelo Orçamento do Estado. Prazo de 20 dias para aceitação.)

20 de Julho de 2006. — O Presidente, *Luís Maria Vaz das Neves*.

Despacho (extracto) n.º 17 231/2006

Por meu despacho de 10 de Julho de 2006, Maria Isabel Monteiro Pinto de Carvalho Fernandes, auxiliar de segurança de nomeação definitiva do quadro do Tribunal da Relação de Lisboa, posicionada no escalão 3, índice 146, é reclassificada profissional e definitivamente como assistente administrativa do mesmo quadro, passando a auferir pelo escalão 1, índice 199. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Os encargos são suportados pelo Orçamento do Estado. Prazo de 20 dias para aceitação.)

20 de Julho de 2006. — O Presidente, *Luís Maria Vaz das Neves*.



PARTE E

UNIVERSIDADE ABERTA

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 17 232/2006

Por despacho reitoral de 1 de Agosto de 2006, foi o licenciado Carlos Duarte da Silva Alves, assessor da carreira técnica superior do quadro de pessoal não docente da Universidade Aberta, nomeado definitivamente, precedendo concurso, assessor principal da mesma carreira e quadro, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 710, considerando-se exonerado da categoria anterior. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Agosto de 2006. — O Reitor, *Carlos Reis*.

Despacho (extracto) n.º 17 233/2006

Por despacho reitoral de 4 de Agosto de 2006, foi à mestre Cristiana Maria Santos Graça Vasconcelos Rodrigues, assistente com contrato administrativo de provimento nesta Universidade, prorrogado o respectivo contrato, nos termos do n.º 5 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro (Estatuto da Carreira Docente Universitária), até final do ano lectivo de 2005-2006 (14 de Outubro de 2006). (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

7 de Agosto de 2006. — O Reitor, *Carlos Reis*.

Despacho (extracto) n.º 17 234/2006

Por despacho reitoral de 4 de Agosto de 2006, foi à mestre Ana Paula Figueira Vaz Fernandes, assistente com contrato administrativo de provimento nesta Universidade, prorrogado o respectivo contrato,